

A relação entre cultura e direito: mitos e fatos

Francisco Humberto Cunha Filho

Professor titular da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), pesquisador-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais, além de membro dos Conselhos Editoriais de revistas científicas, tais como: 'Pensar' (UNIFOR), Revista da Advocacia-Geral da União (AGU) e Políticas Culturais em Revista (CULT/UFBA). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional e Direito Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos Culturais, cultura, patrimônio cultural, políticas culturais e direitos fundamentais.

Foi divulgado que a minha fala seria sobre "A relação entre cultura e direito: mitos e fatos", mas resolvi acrescentar um subtítulo que é "O município na proteção do patrimônio cultural". Qual a razão? É porque o assunto principal é muito teórico e foi a maneira que encontrei para dar-lhe maior concretude associando-o com um tema próximo da realidade de todos.

Essa relação entre cultura e direito, nos vários anos em que milito nas duas áreas, tenho percebido como de grande tensão e ao mesmo tempo de interdependência, características perceptíveis em assertivas que usualmente escuto, tanto de um lado como do outro, do tipo "o direito é um produto da cultura". Aliás, existe uma teoria para explicar todo o direito, chamada culturalismo jurídico, que visa exatamente demonstrar que direito é um fenômeno complexo resultante de fato, valor e norma. De acordo com essa teoria, não se entende as normas propriamente pelo que nelas está escrito, mas pelo valor que é agregado e dentro do seu conjunto cultural.

Outra premissa conflituosa da relação entre cultura e direito é vista nas operações que envolvem recursos públicos: as pessoas ligadas à cultura dizem que os Tribunais não entendem as peculiaridades do seu setor; por outro lado, o campo do direito

diz que o pessoal da cultura não quer se submeter às regras que são próprias para todo mundo.

Há também conflitos resultantes de coisas mais fortes, como os assentados no entendimento preconceituoso de que a cultura representa o avanço, e o direito, a estagnação ou até o retrocesso.

Por tudo isso, eu decidi enfrentar esses lugares que se tornaram comuns para saber se realmente as coisas são dessa forma. No final das contas, nesse diálogo tenso, o que se percebe é a busca da primazia de um sobre o outro. E essa busca da preponderância da cultura sobre o direito ou do direito sobre a cultura fica muito evidenciada quando, por exemplo, se cogita algo do tipo, quem dá origem a que? A cultura realmente dá origem ao direito, como diz o culturalismo jurídico? Ou existe a possibilidade do direito dar origem à cultura?

Uma fórmula para pensar sobre um assunto tão complicado é recorrer a todas as ferramentas que se colocam disponíveis, inclusive as mais inusitadas, como, por exemplo, as figuras de linguagem. Para o caso, fazendo uso de uma prosopopeia, que nos oferta a possibilidade de imaginar características humanas para os outros seres, poderia ser feita a pergunta: o que surgiu primeiro, o direito ou a cultura? Se um dos dois tiver surgido primeiro, há aí a grande possibilidade de ter dado origem ao outro.

Para descobrir qual dos dois surgiu primeiro são necessários parâmetros para se saber o que é cultura e o que é

direito. Aqui, convém advertir que todos sabem - e isso não é uma hipérbole - que existem centenas de definições de cultura. Aliás, eu acabei de ler um livro de Denys Cuche, em que o autor sustenta que agora praticamente há uma definição de cultura para cada antropólogo. E por falar em antropólogo, geralmente se utiliza a definição antropológica de cultura, como aquela que consegue abraçar as demais, por estabelecer que é tudo aquilo que o homem faz.

Por outro lado, o que seria o direito? Quando o veríamos presente em nossas vidas? Há uma máxima muito compartilhada de que o direito se faz presente onde há sociedade. Se pensássemos na versão bíblica da criação do homem por Deus e subsequentemente a criação da mulher, a partir do homem, também por Deus, e se for exato que tudo que o homem faz é cultura, quando Adão apareceu na face da Terra aí já teria surgido a cultura. Diferentemente, o direito só teria surgido com a presença da segunda pessoa, porque uma das exigências para que ele se manifeste é que exista sociedade, que exista bilateralidade.

Mas as coisas não são tão fáceis assim... Parece que a cultura só tem sentido de ser se também for observada uma relação bilateral ou multilateral. Esse pensamento de que só existe cultura a partir da inter-relação das pessoas é uma ideia partilhada por Hannah Arendt ao dizer que o homem isolado é o *homo faber*, que até faz coisas, mas essas coisas não têm

significados culturais, porque a importância da cultura está também na transmissão dos conhecimentos.

Chega-se, assim, à reflexão, algo refinada, de que os dois - cultura e direito - só têm sentido diante da inter-relação entre as pessoas.

Agora é necessária uma pequena reflexão a respeito da natureza de um ou de outro, fazendo uso de mitos consagrados. Para representar o direito, Palas Atenas, a organizadora das relações políticas e sociais; e para iconizar a cultura, Prometeu, o Titã criador dos seres vivos, o violador das regras, aquele que deu os dons dos deuses aos seres humanos, dentre os quais a sabedoria, as artes e as ciências. Portanto, os dois mitos mencionados evidenciam que o direito tem natureza limitadora e a cultura tem a potência de superação de limites. Então, o embate entre ambos parece até natural, quando se compreende que eles surgem exatamente para coisas opostas, ou pelo menos para possibilidades opostas.

A rigor, eu imagino que a relação entre cultura e direito se assemelha muito mais ao mito dos irmãos Castor e Pólux, que eram filhos de Zeus (um deus, como sabemos) e Lêda (uma mortal); um deles nasceu com o dom da mortalidade e o outro da imortalidade e os dois eram guerreiros. Em uma determinada luta, Castor, o mortal, foi ferido fatalmente; Pólux pediu a Zeus que transferisse sua imortalidade para o irmão moribundo; Zeus assim o fez. Mas aquele que transferiu o dom de viver

eternamente passou a morrer, e o irmão que agora tinha a imortalidade a devolveu, e ficaram incessantemente nesse jogo.

Transportando o mito para a relação da cultura com o direito, e lembrando que qualquer dos dois só surge quando existe relação entre pessoas, conclui-se que eles surgem simultaneamente, ou seja, um não deriva do outro, mas surgem ao mesmo tempo; têm a possibilidade de permutar suas vitalidades, dado que às vezes um está mais avançado que o outro; o que, na realidade brasileira, pode ser exemplificado com a situação da mulher, que é muito melhor no direito que na cultura, como o atestam as cotas para elas na política, bem como a proteção reforçada com a Lei Maria da Penha. Mas o oposto também se identifica de uma forma muito intensa; por exemplo, a letra da nossa Constituição diz que casamento é entre homem e mulher, e o Supremo Tribunal Federal, num lapso forte de sensibilidade, disse que essa literalidade está contra as evidências da realidade e, nesse caso, a cultura fez com que o direito avançasse.

Portanto, a relação entre cultura e direito é mais complexa do que se imagina, e com o que foi dito, rompe-se com a ideia de que este seria apenas um produto daquela, pois como foi visto, o inverso também ocorre. Rompe-se, igualmente, com a convicção de que estão sempre em conflito, que de fato existem, mas às vezes há convergência e transferência da vitalidade de um para com o outro. É caricaturada, ainda, a ideia de que a cultura representa avanço e o direito o retrocesso. Nem sempre é assim;

a cultura nem sempre usa da sua potência para superar o que está posto; às vezes é o contrário: é frequente, por exemplo, evocarem-se padrões culturais petrificados para fazer coisas que o direito já superou, como os jogos que envolvem tortura com animais, que geralmente são defendidos sob o argumento de que se trata de tradição cultural. Em resposta, o Supremo Tribunal Federal já julgou que a farra do boi e a rinha de galo, para o direito, não são manifestações culturais; podem ser para outros campos, mas para o direito, não.

Portanto, a síntese dessa primeira parte consiste em dizer que só se entende bem a relação entre direito e cultura se for perceber que eles têm suas forças potencializadas em sentidos opostos, como o Yin e o Yang. Todavia, isso não significa necessariamente algo equivocado, porque uma força precisa da outra. Deixar de ter essa compreensão é permitir que eles só se encontrem em momentos de antagonismo, o que elimina os também necessários momentos de cooperação entre ambos.

Feita essa localização, em respeito às pessoas que têm problemas práticos para resolver, eu gostaria de tentar aplicar esses mitos e fatos ao campo da gestão jurídico-cultural.

A grande dicção do papel do município na proteção do patrimônio cultural está desenhada na Constituição do Brasil, no artigo 30, inciso IX, que diz o seguinte: Compete aos municípios promover a proteção do patrimônio histórico e cultural local, observado a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. Esse texto dá aparência de uma grande amarra para o município

na sua atuação porque, pela literalidade, deve ser feita observando duas legislações e duas ações fiscalizadoras, que são a federal e a estadual. Contudo, se for observada essa configuração jurídica dentro do contexto histórico-cultural do município na vida brasileira, chega-se a outras conclusões.

O município é o mais longo ente político da história brasileira atualmente em funcionamento. Ele é mais antigo do que a União, que só surgiu em 15 de novembro de 1889, a mesma data em que surgiram os estados. Ele não é contemporâneo dos primeiros tempos de colonização, baseado nas capitanias hereditárias, mas logo se estabeleceu e dos primeiros tempos remanescem sinais que hoje em dia são muito peculiares e caros ao patrimônio cultural, como as casas de Câmara e Cadeia. Uma casa de Câmara e Cadeia é algo que traz uma revelação histórica da importância dos municípios, que foi sendo amesquinhada ao longo do tempo: o próprio poder sobre a locomoção das pessoas estava com a municipalidade.

Então, o município é importante culturalmente não apenas por esse histórico de poder. Por outro lado, como toda estrutura que tem a mão humana, é cheio de ambiguidades, com experimentos de avanços e retrocessos, presenças de vanguardas e retaguardas, como nos exemplos de São Paulo (SP) e a Semana de Arte Moderna de 1922; Redenção (CE) e libertação dos escravos quase cinco anos antes da Lei Áurea; Porto Alegre (RS) e os orçamentos participativos.

Ressaltar a rica história do município, nesse contexto do estabelecimento dos sistemas nacional e estaduais de cultura, é importante para livrá-lo o máximo possível de amarras que possam inibir a sua criatividade e o seu poder de vanguarda, características que fazem lembrar o mito de Prometeu.

Para entender o que há de mito e de fato a respeito do papel do município na proteção do patrimônio cultural, é preciso fazer referência à grande mudança conceitual sobre o tema ocorrida a partir da Constituição de 1988. Para se ter uma ideia, a palavra "memória", que é a matriz justificadora da herança cultural, nas oito constituições que o Brasil já adotou, só aparece em duas: uma no ato das disposições transitórias da primeira constituição republicana de 1891, determinando que a casa em que faleceu Benjamin Constant deveria ser conservada; portanto, o patrimônio protegido era o que resguardasse a história oficial, dos vultos importantes e dos bens edificadas segundo o padrão europeu. E quando chega a Constituição de 1988, estabeleceu-se uma revolução na compreensão do que é patrimônio cultural, ao defini-lo como aquele conjunto imenso formado pelos bens materiais e imateriais importantes para a memória e para a ação dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Isso representa uma revolução que ainda não foi compreendida, porque se continua a proteger o patrimônio cultural a partir de estruturas de outra época: os mesmos conselhos de patrimônio cultural e as mesmas legislações, inclusive. O ponto mais relevante desta revolução reside no

pressuposto democrático e pluralista de que o Estado deve proteger o patrimônio cultural com a colaboração da comunidade. Onde está a comunidade? Principalmente nos próprios municípios.

Ademais, o município pode conjugar, em favor da proteção do patrimônio cultural, outros instrumentos que se associam a ela. Não diretamente, mas por rubricas como a da organização urbana, a exemplo do Estatuto das Cidades, que determina, dentre outras coisas, a definição de áreas especiais em função do valor histórico e cultural.

Fora isso, não se pode esquecer do grande direito cultural reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos - ONU - 1948, que é o de participar da vida cultural da comunidade, postado ao lado do direito à instrução e do direito à educação, setores sobre os quais o município tem ou deve ter atuações diretas e profundas.

Portanto, chega-se à conclusão de que é necessário intensificar a formação da cidadania, sobretudo, a partir do município; é necessário aprofundar também a democracia pluralista, porque cidadania e democracia formam o patrimônio básico para qualquer outro patrimônio, e dele pode resultar o respeito ao próximo, a reverência à lei legítima para que tenhamos uma convivência cidadã e o preparo para fluir e conservar o patrimônio cultural.

Questionamentos

- *Boa noite, professor. Sua palestra foi realmente muito boa, mas gostaria de saber se na prática os nossos patrimônios estão sendo realmente protegidos?*

É o seguinte: essa observação não depende de uma resposta jurídica; basta que o cidadão olhe a realidade do seu ambiente e de sua cidade. Certamente, há muitos casos de plena ausência de proteção, outros de proteção parcial e até os de satisfatória proteção.

- *Professor Humberto, excelente explicação. Como seria, na sua concepção, a educação patrimonial na educação formal? E nos cursos de Direito?*

Eu acho que uma das coisas importantes é trazer para dentro dos cursos de Direito a cadeira dos direitos culturais, que ainda não está popularizada nas universidades. Nós compreendemos essa necessidade aqui na Universidade de Fortaleza, que foi a primeira a instituir essa cátedra específica. Hoje em dia, na grande maioria das universidades, eles são estudados de forma esparsa e deslocada e, portanto, a partir das premissas de outras disciplinas jurídicas que não têm a sensibilidade específica dos direitos culturais.

- *É muito bom agregar novos conhecimentos, principalmente vindo de um baluarte da defesa dos Direitos Culturais e Patrimoniais no meio acadêmico: Professor Humberto, num rápido ranking, o Brasil estaria em que lugar como conservador de seus patrimônios?*

Eu acho que não é dos últimos. Acabamos de ver o "estado islâmico" destruindo os ícones de civilizações antigas, quebrando múmias, estátuas e criações de outras épocas. Não é o melhor, também. O Brasil vem experimentando uma construção ainda não visível e muito menos suficiente de garantias para os direitos culturais, o que inclui a proteção patrimonial. Então, não é a pior nem a melhor situação. Portanto, pode-se avançar bastante com as lutas que precisam ser travadas cotidianamente.

- *Existe a possibilidade de atuar sem a dependência do município ou do estado?*

Existe sim. Uma vez eu fiz essa apresentação em um congresso lá em Madri, no qual defendi uma estrutura jurídica nova, para instituir "o bem cultural de comunidade". No que consistiria isso? O bem cultural de comunidade seria protegido por deliberação da própria comunidade. Já tem um paralelo no direito: uma família, se quiser, pode excluir um bem de qualquer execução, de qualquer pagamento de dívida, registrando em cartório que aquele é um "bem de família" e não pode ser afetado

por nada. É algo semelhante, mas para o campo dos direitos culturais.

É claro que as grandes guardiãs do patrimônio cultural são a comunidade e a sociedade. Se nós observarmos o conjunto de elementos culturais que temos, embora os acervos dos museus sejam imensos, os conjuntos arquitetônicos de alguma forma protegidos pelo poder público, mesmo em grande quantidade, não representam nem meio por cento daquilo que efetivamente a elas pertence e que tem valor cultural.

- *Aqui na minha cidade, que é Goiás, o município procura levar muita cultura através da Secretaria de Cultura, mas a comunidade não participa muito. O que está faltando fazer?*

Eu acho equivocada toda política cultural, toda política de uma maneira geral, que não conte com a participação da cidadania, e isso se agrava mais fortemente no campo cultural. A minha tese de doutorado foi sobre a representação de interesses em relação o ambiente cultural, especificamente sobre o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), que é um programa técnico de aportes financeiros para essas atividades. Se até em programa de natureza técnica como esse, feito a princípio simplesmente para analisar e deferir projetos, precisa da participação social, imagine nas políticas finalistas que se estabelecem para cultura. Eu recomendo e discuto, nessa tese de doutorado, que se faça uso da representação de interesses

legítimos na formulação de políticas culturais, o que é indispensável, segundo a Constituição Brasileira. Aliás, minha tese foi formulada assim: do mesmo jeito que a Constituição confere autonomia a certos entes políticos, como a União, os Estado e os Municípios o faz também para certos segmentos sociais, como o dos esporte e o das comunidades indígenas e, de forma implícita, ao setor cultural. Então, é indispensável a participação dos interessados, na feitura das políticas culturais, para materializar a autonomia cultural.

- *Parabéns, professor. A palestra foi ótima. A dificuldade na efetivação das garantias com relação aos direitos culturais seria o baixo investimento financeiro na área?*

Eu acho que é um dos problemas, mas devo lembrar que os direitos culturais têm múltiplas facetas. Quando a Constituição diz que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais, isso não significa que necessariamente ele dará dinheiro para a cultura, porque ocasionalmente se garante o exercício dos direitos culturais com as abstenções do poder público. Às vezes, a garantia está naquilo que os juristas chamam de não fazer; por exemplo, para o direito cultural de expressar-se artisticamente, a grande garantia está no Estado se abster de censurar. Ademais, nem todas as pessoas que estão no campo cultural são necessitadas dos incentivos públicos, basta pensar na faceta que se costuma designar como indústria

cultural, a qual desenvolve atividades culturais especificamente em função de uma reprodutibilidade das criações culturais e que ganham muito dinheiro com isso; nessa situação, eu acho que devem pagar tributos e somente como exceção receber incentivos. A Constituição determina que o papel mais ativo por parte do Estado, no campo cultural, é o resguardo da memória, investindo em espaços como os arquivos públicos e os museus. Nestas searas, percebe-se que falta, sim, muito recurso. Porém, insisto, não é apenas a falta de recurso que emperra o bom exercício dos direitos culturais.

- *Professor, e como podemos fazer para que as pessoas com deficiência possam ter maior parte no patrimônio cultural de nosso país, já que boa parte deles não dá acesso?*

Uma das coisas que aprendi nessa relação que eu tento manter com os dois campos, o do direito e o da cultura, é que o direito não tem resposta para tudo. Eu acho que a resposta a uma pergunta dessa natureza só pode ser bem construída com a demanda das pessoas que têm as deficiências. Uma coisa interessante a ser dita nessa especialização, que também é de direitos humanos, refere-se à única convenção até agora incorporada ao direito brasileiro com o status constitucional, exatamente a da pessoa com deficiência, que busca, em todos os domínios, viabilizar a acessibilidade, segundo o tipo de deficiência. Porém, a adequada construção de soluções depende

diretamente dos interessados e dos que estudam a matéria, que podem subsidiar a ação do poder público.

- *Obrigada pela resposta! Mas o Estado não tem que garantir o ir e vir das pessoas? E por que as pessoas com deficiência ficam quase sempre de fora de nossa cultura e dos patrimônios? Desculpe estar insistindo nesta questão das pessoas com deficiência, mas é porque eu sou uma!*

Tem um preceito na Constituição que diz o seguinte: nenhuma lesão ou ameaça a direito pode ser excluída da apreciação do Poder Judiciário. Isso significa que, se for necessário, podemos recorrer à Justiça para garantir nossos direitos; porém, antes disso, é importante que as demandas cheguem aos formuladores das políticas e das legislações. Eis um exemplo de caso em que o antagonismo entre cultura e direito deve abrir espaço para a mútua colaboração. Com mais razão porque há uma ignorância fortíssima das pessoas que não têm deficiência para com as pessoas que as têm. Eu sei disso porque uma vez eu fui convidado para uma palestra exatamente sobre a convenção relacionada às pessoas com deficiência e algo simples me fez perceber como estamos despreparados para entender a problemática das pessoas que têm deficiência, não por maldade, mas por falta de preparo e educação.

No evento a que me refiro, estavam pessoas cegas, surdas, amputadas, e com outras deficiências. Na ocasião, a primeira

reivindicação dos cegos foi para que a pessoa que estava falando (e que lhes foi descrita por alguém que enxergava) deixasse de falar no microfone, pelo menos por um instante, para que eles soubessem qual a posição do palestrante no ambiente em que estavam, porque, pelo sistema mecânico de ampliação da voz, o som fica uniforme e a pessoa que usava da palavra poderia estar em qualquer lugar.

Essa situação me fez perceber a minha ignorância e o meu despreparo para lidar com a deficiência, no caso, dos cegos. Esses defeitos meus só poderiam ser superados se eu recebesse as indicações de quem estava sofrendo o problema da exclusão. Então, eu acho que Estado pode e deve ter a abertura nessa tarefa de acessibilidade para as pessoas com deficiências, mas precisa dos indicativos, porque o legislador que enxerga, que anda, que caminha, que não sofre as problemáticas de uma deficiência, talvez não tenha essa preocupação e precisa ser sensibilizado por quem sofre de limitações.

O que eu quis dizer foi o seguinte: o direito é tão importante quanto insuficiente para a solução desses graves problemas, e que é necessária a colaboração, na sua feitura e na sua aplicação, dos diretamente interessados. Isso é a melhor garantia para a efetivação dos direitos culturais, inclusive os peculiares às pessoas com deficiência.

- *Quando o senhor disse que a cultura existe desde os primeiros tempos, está querendo dizer que tudo que o homem faz é cultura?*

Isso é uma definição antropológica de cultura. Para o direito, que mesmo não podendo desconhecer as definições sociológicas, filosóficas, antropológicas, etc., quando vai se relacionar com o ambiente cultural, o faz a partir de suas próprias premissas e de sua natureza, que é uma natureza de limitação. É por isso que, como eu disse em minha fala, a farra do boi e a rinha de galo podem, eventualmente, ser consideradas por alguns, pelos prismas sociológico e antropológico, como manifestações culturais, mas para o direito atualmente posto no Brasil não é; seriam violação da proibição de não maltratar animais.

- *Professor, acredito que a educação patrimonial deve ser implantada desde as séries iniciais para que possamos ter futuros cidadãos com uma nova consciência. O que o senhor acha, estou correta no meu raciocínio?*

Quem sou eu para dizer que você não está correta?! Eu acho que não é uma questão propriamente de acerto ou de erro, mas de convicção. É claro, se somos estimulados e sensibilizados para determinado campo desde a infância, a probabilidade de que realmente adquiramos essa sensibilidade é

muito maior do que se tivermos contato com esse campo só na idade adulta. Eu acho que todos os pedagogos dizem que a idade primordial para o melhor aprendizado é realmente a infância. Então, o que eu posso dizer, não é que está certa ou errada, mas que compartilho com você dessa opinião.

- *Nesse caso das garantias podemos dizer que é a ação cidadã individual ou coletiva que "garante" o direito já instituído?*

Garantias são todos os elementos que convergem para a efetivação de um direito. Essa é uma fórmula muito abrangente para entendê-las. Às vezes, um direito recebe o reforço de uma garantia que nem se imagina. Para exemplificar, conto o caso do videoconferencista que anteriormente dialogou com vocês aqui, o professor Marcus Pinto Aguiar, que foi meu orientando em mestrado e continua sendo meu orientando no doutorado, presentemente. No mestrado, ele desenvolveu um trabalho que, inclusive, está publicado em livro, o qual recomendo para esta especialização, que é sobre a primeira condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos; foi o caso de um rapaz, o Damião Ximenes, que tinha deficiência mental. A Corte Interamericana entendeu que ele foi espancado até morrer numa clínica psiquiátrica aqui no Estado do Ceará. O Brasil se aproveitou - não como oportunista - dessa condenação para convergir força na aprovação da lei antimanicomial, porque a

sociedade não queria uma lei nesse sentido, infelizmente, pois estamos impregnados da ideia de excluir as pessoas diferentes. Ou seja, nesse caso, houve a garantia de um impacto externo, que contou com certa impulsão internacional. Portanto, não se pode fechar um número ou dizer os nomes das garantias, porque, insisto, elas são formadas por todos os elementos que convergem para que o direito se materialize.

- *Professor, em nossa cidade (Goianésia, GO), a Câmara dos Vereadores tem um projeto que faz homenagens anualmente aos cidadãos e cidadãs do nosso município, como: Medalha do Fundador, Medalha Cidadão Goianesiense, Comenda Cultural (Escritores, Escultores, Artistas Plásticos, Artesãos, etc). Pergunto: Este tipo de projeto não seria um dos caminhos para aproximar o Poder Público dos Direitos Culturais no âmbito geral, tão criticado no meio cultural?*

Eu não conheço o projeto, mas vou dar uma resposta com base na Constituição: ela diz que os diferentes segmentos étnicos nacionais têm legitimidade para fixação de suas datas comemorativas. Então, algo equivalente pode acontecer com o destaque de pessoas que são verdadeiramente importantes para os segmentos culturais. Em princípio, não vejo problema. Aliás, o campo cultural, às vezes, para o seu desenvolvimento, precisa mais de reconhecimento do que dinheiro. Por exemplo, nos

estados que reconhecem determinados cidadãos e cidadãs como mestres da cultura, esse vínculo de pertencimento reativa de uma maneira espetacular uma atividade cultural que poderia estar moribunda; passa a ter até repercussão nas contratações, na difusão, na microeconomia criativa, por assim dizer, resultante dessas manifestações reconhecidas.

- *Professor, nesta relação entre mitos e fatos, o patrimônio cultural no Brasil está sendo mais um mito ou um fato?*

Depende do foco da observação. É um fato que a gente tem um patrimônio cultural muito rico, é um fato que a Constituição determina a proteção desses patrimônios, é um fato que os entes públicos costumam declarar que efetivamente o protegem, mas quando observamos a realidade, parece que essa declaração é apenas um mito, na pior acepção que se pode ter dessa palavra. E muitas vezes isso ocorre não em virtude de uma deficiência ou de um desconhecimento dos gestores, mas porque esse campo da cultura, de uma forma absurda, é tido como secundário, o que se espelha nos orçamentos a ele destinados e, em última instância, provoca os desastres na proteção patrimonial.

- *Foi realmente maravilhosa a relação que o professor fez sobre cultura e direito com a mitologia. Professor, ao seu entender os municípios são os maiores responsáveis pelos direitos culturais? Sabemos que existem municípios que*

nem têm secretaria de cultura. Qual a posição do direito para se ter uma educação patrimonial em todos os municípios?

O direito é uma ferramenta de quem o comanda; se é um autocrata, um ditador, vai ter "as feições" desse comandante. Numa democracia, o direito deve corresponder à vontade geral, que não se confunde com a vontade da maioria. A nossa democracia se configura de uma maneira tal que há direitos que são, sim, da maioria; há outros direitos que são das minorias e também direitos que são das individualidades. Então, essa configuração pluralista do direito deve ser reivindicada precisamente por quem deseja que ele tenha a modulação mais adequada à situação concreta.

Eu fiz todo esse discurso para dizer o seguinte: os que defendem e sabem formular as propostas de educação patrimonial é que devem modular o direito e não o contrário; o direito deve ser o instrumental da cidadania e, portanto, corresponder à formulação dos que propõem, com conhecimento de causa, a educação patrimonial; a cidadania é que deve cuidar da modulação do direito.